

Correio Manhã

30-12-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 174177

Temática: Política

Dimensão: 568

Imagem: S/Cor

Página (s): 28

PRESIDÊNCIA ■ CHEFE DE ESTADO ESTUDA ORÇAMENTO PARA 2014

# Cavaco avalia envio para o TC

■ A possibilidade de o Presidente enviar o Orçamento do Estado para o Tribunal Constitucional após entrada em vigor não é descartada na coligação

● CRISTINA RITA

O Presidente da República, Cavaco Silva, não tomou uma decisão sobre o Orçamento do Estado para 2014. Pelo menos não o fez até ao dia 27 de dezembro, sexta-feira, véspera do último fim de semana do ano de 2013 e, na coligação PSD/CDS, admite-se que Belém promulgue o diploma mas com pedido de fiscalização sucessiva em algumas normas, designadamente sobre a Função Pública. O PS já disse que o vai fazer, e a restante esquerda – PCP e BE – também não ficará fora desta contenda.

Apesar desta convicção dentro da coligação que suporta o Governo, o ex-líder do PSD, e também conselheiro de Estado, Marques Mendes sustentou na SIC que Cavaco Silva não vai seguir a mesma estratégia do que para o Orçamento de 2013. Irá promulgar as contas de 2014 sem pedir a fiscalização sucessiva ao Tribunal Constitucional. O argumento é o de que o Governo já levou uma derrota, a do chumbo da convergência de pensões, depois de um pedido de fiscalização preventiva da lei por Cavaco Silva.

“Acho que o Presidente da República vai promulgar o Orçamento e que não vai usar a fiscalização sucessiva, porque a questão mais polémica, a da convergência de pensões, foi chumbada”, defendeu Mendes, que já chegou a antecipar a marcação de uma reunião do Conselho de Estado, órgão consultivo do Presidente, e acertou no ‘palpite’.

De Belém, nada transpira, até



Cavaco Silva prepara a sua mensagem de Ano Novo a pensar no País após a saída da troika

porque Cavaco Silva também está a preparar a mensagem de Ano Novo ao País. Um momento que servirá para explicar o que pensa do Orçamento, mas sem uma solução fechada do Governo para superar o chumbo constitucional à convergência de pensões.

O aumento da taxa máxima do IVA, sabe o CM, mantém-se em aberto. A 1 de janeiro de 2014, Cavaco poderá ainda falar da necessidade de entendimentos a pensar na saída da troika. ■

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

## ✚ PORMENORES

**PROIBIÇÕES**  
Em 2014, continuam proibidas valorizações remuneratórias recorrentes de promoções ou progressões, como sejam os prémios de gestão nas empresas públicas, entidades reguladoras e institutos públicos.

**REDUÇÕES**  
Mantém-se em 201, o objetivo de redução anual de, pelo menos, 2% no número funcionários públicos, maioritariamente através de aposentação.

## Cortes salariais entre os 2,5 e os 12 por cento

Com a promulgação do Orçamento, os funcionários públicos vão sofrer cortes salariais para se atingir a redução da despesa e a consolidação orçamental. Depois de três anos de reduções salariais entre 3,5% e 10%, que se aplicavam a partir dos 1500 euros, os trabalhadores do Estado terão, a partir de janeiro, um corte agravado, entre 2,5% e 12%, nos salários a partir de 675 euros. Vai manter-se em vigor o corte adicional de 5% nas remunerações de todos os titulares de cargos políticos. ■